



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	2
2.1. Origem da Tomada de Contas Ordinária.....	2
2.2. Instrução Técnica da Tomada de Contas Ordinária	11
2.2.1. Relatório Técnico.....	11
2.3. Exercício do contraditório e ampla defesa	13
2.3.1. Defesa apresentada	13
2.3.2. Análises da defesa.....	14
2.3.2.1. Relatório Técnico de Defesa – Secex Municipal.....	14
2.3.2.2. Relatório Técnico de Defesa – Secex Previdência	17
2.3.2.3. Relatório Técnico Conclusivo – Secex Previdência.....	22
2.4. Diligências do Ministério Público	23
2.5. Alegações Finais.....	25
3. RELATÓRIO TÉCNICO COMPLEMENTAR.....	26
4. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	39





PROCESSO Nº	:	158267/2017 (165581/2017 E 167118/2017- APENSOS)
PRINCIPAL	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE
ASSUNTO	:	TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
FASE PROCESSUAL	:	RELATÓRIO TÉCNICO COMPLEMENTAR
RELATOR	:	CONSELHEIRO ANTÔNIO JOAQUIM
EQUIPE TÉCNICA	:	OZIEL MARTINS DA SILVA – AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

1. INTRODUÇÃO

Tratam os presentes autos de Tomada de Contas Ordinária, formalizada com o objetivo de apurar irregularidades, quantificação de danos e identificação dos agentes responsáveis, acerca de irregularidades referentes ao não recolhimento de cotas de contribuições previdenciárias e de não retenção de tributos, formulada em desfavor da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, gestão do Sr. João Antônio da Silva Balbino, conforme descrição detalhada neste Relatório.

Nesta fase processual foi emitida por esta Secex a Ordem de Serviço 491/2022, para atender as determinações pertinentes à instrução técnica da Tomada de Contas Ordinária.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Origem da Tomada de Contas Ordinária

A Tomada de Contas Ordinária é oriunda dos seguintes Processos de Representações de Natureza Interna:

Processo 158267/2017 (principal): Malote_Digital_158267_2017_01 – Documento 176026/2017;





Processo 167118/2017 (apenso): Malote_Digital_167118_2017_01 – Documento 184277/2017;

Processo 165581/2017 (apenso): Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017.

Processo 167118/2017 (apenso):

Foi formalizada a Representação de Natureza Interna, com a devida descrição dos achados de auditoria (Malote_Digital_158267_2017_01 – Documento 176026/2017).

Após os trâmites regulamentares (citação dos responsáveis, análise das defesas apresentadas, manifestação do Ministério Público de Contas, apresentação de Relatório e Voto do Conselheiro Relator), foi emitida a decisão do Acórdão 128/2018-SC:

Processo nº 16.711-8/2017

Interessada PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

Assunto Representação de Natureza Interna

Relator Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA

Sessão de Julgamento 22-11-2018 – Segunda Câmara

ACÓRDÃO Nº 128/2018 – SC

Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE. REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA ACERCA DE IRREGULARIDADES NO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS. JULGAMENTO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE APENSAMENTO AO PROCESSO Nº 15.826-7/2017.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **16.711-8/2017**.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XV, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 30-E, IX, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator, alterado oralmente em sessão plenária no sentido de determinar o apensamento da presente representação ao processo nº 15.826-7/2017, e de acordo, em parte, com o Parecer nº 52/2018 do Ministério Público de Contas em, preliminarmente, **decretar a REVELIA** da Sra. Adriana do Nascimento Brust, nos termos do artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007; e, no mérito, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Representação de Natureza Interna acerca irregularidades nas retenções e pagamentos de tributos, formulada em desfavor da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, gestão do Sr. João Antônio da Silva Balbino, sendo as Sras. Laura Oliveira de Amorim – ex-secretária municipal de Administração e Finanças, Seair Cristina Jorge – contadora municipal à época, neste ato representados pelos procuradores Rony de Abreu Munhoz – OAB/MT nº 11.972, Ivan Schneider – OAB/MT nº 15.345 e Seonir Antônio Jorge – OAB/MT nº 23.002, Edianne de Oliveira Farias – contadora municipal à época, e Adriana do Nascimento Brust – ex-secretária municipal de Administração e Finanças, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; **determinando** o apensamento da presente





representação ao **processo nº 15.826-7/2017**, que foi convertido em Tomada de Contas por meio do Acórdão 126/2018 - SC. **Encaminhem-se** os autos à Coordenadoria de Expediente, para providenciar o apensamento.

Relatou a presente decisão o Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA (Portaria nº 124/2017).

Participaram do julgamento os Conselheiros Interinos JOÃO BATISTA CAMARGO (Portaria nº 127/2017) – Presidente, e MOISES MACIEL (Portaria nº 126/2017).

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

Publique-se.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2018.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

JOÃO BATISTA CAMARGO - Conselheiro Interino - Presidente da Segunda Câmara

ISAIAS LOPES DA CUNHA – Relator - Conselheiro Interino

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS - Procurador de Contas

Processo 165581/2017 (apenso):

Foi formalizada a Representação de Natureza Interna, com a devida descrição dos achados de auditoria (Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017).

Após os trâmites regulamentares (citação dos responsáveis, análise das defesas apresentadas, manifestação do Ministério Público de Contas, apresentação de Relatório e Voto do Conselheiro Relator), foi emitida a decisão do Acórdão 127/2018-SC:

Processo nº 16.558-1/2017

Interessada PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

Assunto Representação de Natureza Interna

Relator Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA

Sessão de Julgamento 22-11-2018 – Segunda Câmara

ACÓRDÃO Nº 127/2018 – SC

Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE. REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA ACERCA DE IRREGULARIDADES NO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS. JULGAMENTO PELA PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE APENSAMENTO AO PROCESSO Nº 15.826-7/2017.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **16.558-1/2017**.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XV, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 30-E, IX, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator, alterado oralmente em sessão plenária no sentido de determinar o apensamento da presente representação ao processo nº 15.826-7/2017, e de acordo, em parte, com o Parecer nº 741/2017 do Ministério Público de Contas em, preliminarmente, conhecer e, no mérito, julgar **PROCEDENTE** a Representação de Natureza Interna acerca irregularidades nas retenções e





pagamentos de tributos, formulada em desfavor da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, gestão do Sr. João Antônio da Silva Balbino, sendo as Sras. Laura Oliveira de Amorim – secretária municipal de Administração e Finanças à época, Seair Cristina Jorge – contadora municipal à época, neste ato representados pelos procuradores Rony de Abreu Munhoz – OAB/MT nº 11.972, Ivan Schneider – OAB/MT nº 15.345 e Seonir Antônio Jorge – OAB/MT nº 23.002, e Edianne de Oliveira Farias – contadora municipal, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; **determinando** o apensamento da presente representação ao **processo nº 15.826-7/2017**, que foi convertido em Tomada de Contas por meio do Acórdão 126/2018 - SC. **Encaminhem-se** os autos à Coordenadoria de Expediente, para providenciar o apensamento.

Relatou a presente decisão o Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA (Portaria nº 124/2017).

Participaram do julgamento os Conselheiros Interinos JOÃO BATISTA CAMARGO (Portaria nº 127/2017) – Presidente, e MOISES MACIEL (Portaria nº 126/2017).

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

Publique-se.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2018.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

JOÃO BATISTA CAMARGO - Conselheiro Interino - Presidente da Segunda Câmara

ISAIAS LOPES DA CUNHA – Relator - Conselheiro Interino

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS - Procurador de Contas

Processo 158267/2017 (principal):

Foi formalizada a Representação de Natureza Interna, com a devida descrição dos achados de auditoria (Malote_Digital_158267_2017_01 – Documento 176026/2017), sendo sugerida pela equipe técnica a citação do ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino para manifestação acerca dos apontamentos.

Devidamente citado, o ex-prefeito municipal não se manifestou. Conforme Julgamento Singular (Decisão_Singular_158267_2017_01 – Documento 321038/2017) foi declarada a revelia do Sr. João Antônio da Silva Balbino.

Reproduz-se a seguir a decisão do Acórdão 126/2018-SC, que julgou procedente a Representação de Natureza Interna e determinou a sua conversão em Tomada de Contas Ordinária.

Processo nº 15.826-7/2017

Interessada PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

Assunto Representação de Natureza Interna

Relator Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA

Sessão de Julgamento 22-11-2018 – Segunda Câmara

ACÓRDÃO Nº 126/2018 – SC

Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE. REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA ACERCA DE IRREGULARIDADES NO RECOLHIMENTO





DE TRIBUTOS. JULGAMENTO PELA PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **15.826-7/2017**.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XV, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 30-E, IX, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator, alterado oralmente em sessão plenária no sentido de converter a presente representação em Tomada de Contas, além de determinar o apensamento a este dos processos nºs 16.558-1/2017 e 16.711-8/2017, e de acordo, em parte, com o Parecer nº 48/2018 do Ministério Público de Contas, em: **a)** preliminarmente, conhecer e, no mérito, julgar **PROCEDENTE** a Representação de Natureza Interna acerca de irregularidades no recolhimento do INSS dos servidores municipais, formulada em desfavor da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, gestão do Sr. João Antônio da Silva Balbino, neste ato representado pelos procuradores Rony de Abreu Munhoz – OAB/MT nº 11.972, Ivan Schneider – OAB/MT nº 15.345 e Seonir Antônio Jorge – OAB/MT nº 23.002, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; e, **b) converter** a presente Representação de Natureza Interna em Tomada de Contas, a fim de que a Secretaria de Controle Externo competente proceda à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano quanto às irregularidades DA 07, DA 05, CA 02 e JB 99, apontadas nestes autos, juntamente com as irregularidades remanescentes indicadas nos processos nºs 16.558-1/2017 e 16.711-8/2017. **Encaminhem-se** os autos à Coordenadoria de Expediente, para conhecimento e providências quanto à letra “b” acima exposta.

Relatou a presente decisão o Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA (Portaria nº 124/2017).

Participaram do julgamento os Conselheiros Interinos JOÃO BATISTA CAMARGO (Portaria nº 127/2017) – Presidente, e MOISES MACIEL (Portaria nº 126/2017).

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

Publique-se.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2018.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

JOÃO BATISTA CAMARGO - Conselheiro Interino - Presidente da Segunda Câmara

ISAIAS LOPES DA CUNHA – Relator - Conselheiro Interino

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS - Procurador de Contas.

Evidencia-se nessa decisão, que a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, devem ser realizados em relação às irregularidades apontadas nos autos do Processo 158267/2017, juntamente com as irregularidades remanescentes indicadas nos Processos 165581/2017 e 167118/2017.

Eram as seguintes as irregularidades remanescentes:

Processo 158267/2017:

Responsável

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal





1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador a instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1. Ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias RPPS Patronal, incidentes sobre a folha de pagamento, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados a instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1. Ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias RPPS dos Segurados incidentes sobre os salários dos funcionários, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

3. CA 02. Contabilidade_Gravíssima_02. Não apropriação da contribuição previdenciária do empregador (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

3.1. Ausência de apropriação das contribuições previdenciárias RPPS – Patronal referentes aos meses de Janeiro a dezembro do exercício de 2016.

4. JB 99. Despesa_a_Classificar_99. Irregularidade referente a Despesa, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

4.1. O Gestor assinou Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com valores originários acrescidos de Correção Monetária e Juros no valor de R\$ 30.596,09 e efetuou os pagamentos das parcelas com atrasos, pagando juros e multa no valor de R\$ 19.952,37 totalizando o montante de R\$ 50.548,46.





Processo 165581/2017 - apenso:

Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

Seair Cristina Jorge – Contadora – período de 03/08/2015 a 31/12/2015.

1. DB14. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_14. Não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos à prestadores de serviços (art. 11 da Lei nº 101/2000).

1.1. Houve pagamento no montante de R\$ 528.701,84 no exercício de 2015 à pessoa física a título de prestação de serviço diversos, do qual deveria ser descontado e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 26.435,09 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 73.386,41 referente ao IRRF.

1.2. Do valor de R\$ 283.628,02 pago no exercício de 2016 à pessoa física a título de prestação de serviço diversos, deveria ser calculado, descontado e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 14.181,41 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 37.018,80 referente ao IRRF.

Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

Seair Cristina Jorge – Contadora – período de 03/08/2015 a 31/12/2015.

2. DA 06. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_06. Não-efetivação do desconto de contribuição previdenciária dos segurados (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal).

2.1. Ausência de retenções de contribuições previdenciárias INSS dos Segurados e ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias INSS dos Segurados incidentes sobre pagamentos decorrentes de contratações de serviços prestados, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.





2.1.1. Em 2015 foram pagos o valor de R\$ 528.701,84 à prestadores de serviços diversos, sobre o qual deveria ser retido o valor de R\$ 29.225,47, porém só foram retidos o montante de R\$ 15.152,80, deixando de ser efetuado a retenção do valor de R\$ 14.072,67, referente ao INSS segurados.

2.1.2. Em 2016 foram pagos o valor de R\$ 283.628,02 à prestadores de serviços diversos, sobre o qual deveria ser retido o valor de R\$ 24.891,94, porém só foram retidos o montante de R\$ 21.506,23, deixando de ser efetuado a retenção do valor de R\$ 3.385,71, referente ao INSS segurado.

3. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados a instituição devida (arts. 40, 149, §1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

3.1. Em 2015 foram pagos o valor de R\$ 528.701,84 à prestadores de serviços diversos, sobre o qual deveria ser retido e recolhido o valor de R\$ 29.225,47, referente ao INSS segurado.

3.2. Em 2016 foram pagos o valor de R\$ 283.628,02 à prestadores de serviços diversos, sobre o qual deveria ser retido e recolhido o valor de R\$ 24.891,94, referente ao INSS segurado.

4. CA 02. Contabilidade_Gravíssima_02. Não apropriação da contribuição previdenciária do empregador (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

4.1. Ausência de apropriação das contribuições previdenciárias INSS – Patronal, incidentes sobre pagamentos decorrentes de contratações de serviços prestados, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

4.1.1. Em 2015 foram pagos o valor de R\$ 528.701,84 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser apropriado o valor de R\$ 105.740,37, referente ao INSS Patronal.

4.1.2. Em 2016 foram pagos o valor de R\$ 283.628,02 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser apropriado o valor de R\$ 56.725,60 referente ao INSS Patronal.





5. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador a instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

5.1. Ausência de recolhimentos das cotas de contribuições previdenciárias INSS - Patronal, incidentes sobre pagamentos decorrentes de contratações de serviços prestados, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

5.1.1. Em 2015 foram pagos o valor de R\$ 528.701,84 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser calculado e recolhido as cotas de contribuições previdenciárias aos cofres da Receita Federal do Brasil – RFB o valor de R\$ 105.740,37 referente ao INSS Patronal.

5.1.2. Em 2016 foram pagos o valor de R\$ 283.628,02 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser calculado e recolhido as cotas de contribuições previdenciárias aos cofres da Receita Federal do Brasil – RFB o valor de R\$ 56.725,60 referente ao INSS Patronal.

Processo 167118/2017 - apenso:

Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Adriana do Nascimento Brust - Secretária de Administração e Finanças - período de 01/01/2013 a 28/02/2013

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças – período 01/03/2013 a 31/12/2016

Edianne de Oliveira Farias – Contadora – período de 01/01/2013 a 31/07/2015

Seair Cristina Jorge – Contadora – período de 03/08/2015 a 31/12/2015.

1. DB14. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_14. Não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores (art. 11 da Lei nº 101/2000).





1.1. Em 2013 foi pago o valor de R\$ 25.080,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviço prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 1.254,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 376,20 referente ao IRRF.

1.2. Em 2014 foi pago o valor de R\$ 49.500,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviço prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 2.475,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 742,50 referente ao IRRF.

1.3. Em 2015 foi pago o valor de R\$ 65.000,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviço prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 3.250,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 877,50 referente ao IRRF.

1.4. Em 2016 foi pago o valor de R\$ 39.000,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviço prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 1.950,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 585,00 referente ao IRRF.

2.2. Instrução Técnica da Tomada de Contas Ordinária

Após a conversão das Representações de Natureza Interna em Tomada de Contas Ordinária foram emitidas as seguintes instruções técnicas:

2.2.1. Relatório Técnico

Foi emitido pela equipe técnica da Secretaria de Controle Externo de Previdência, o Relatório_Técnico_158267_2017_01 – Documento 76586/2019.

Registrou a equipe técnica que, em relação ao Processo 158267/2017:

- Diante da competência conferida à Secex de Previdência, seriam objeto de fiscalização e apuração somente as irregularidades classificadas como DA 07, DA 05 e JB 99, uma vez que tratam de contribuições previdenciárias relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Municipal-RPPS de Rosário Oeste;





- Quanto à irregularidade classificada como CA 02, que trata da não apropriação da contribuição previdenciária, partes patronal e segurado do RPPS, do exercício de 2016, não seria analisada nesta TCO, uma vez que as contribuições do período de 2016 já foram analisadas na Representação de Natureza Interna - Processo 233870/2016.

Registrou, ainda, que quanto às demais determinações do Acórdão 126/2018, referentes as irregularidades remanescentes, indicadas nos Processos 165581/2017 e 167118/2017, estas seriam objeto de análise pela Secex de Atos de Pessoal, conforme disposto no Anexo Único da Resolução Normativa 07/2018, pois são referentes à retenção e pagamento de tributos (IRRF/ISSQN), e de retenção e pagamento de contribuição previdenciária do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Após análise dos documentos disponibilizados à equipe técnica, concluiu-se que ficou comprovado que o ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino não realizou os pagamentos das contribuições previdenciárias, do exercício de 2015, dentro do prazo legal, em afronta a Lei Municipal 975/2004 e a Constituição Federal/1988, conseqüentemente, infringindo a Lei 8429/1992.

Foram sugeridas pela equipe técnica as seguintes providências:

6.1. O encaminhamento do presente processo para análise da Secex competente, no que tange às outras determinações do Acórdão 126/2018, referentes as irregularidades remanescentes, indicadas nos **processos 16.558-1/2017 e 16.711-8/2017**, pois se trata de retenção e pagamento de tributos (IRRF/ISSQN) e de retenção e pagamento de contribuição previdenciária do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

6.2. Ao Sr. João Antônio da Silva Balbino – Prefeito de Rosário Oeste/MT

a) A manutenção das irregularidades imputadas ao Prefeito, classificadas como DA 05 e JB 99, bem como a consequente aplicação de multa pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias dentro do prazo legal (art. 75, III, da LO/TCE-MT);

b) Determinação ao Prefeito, que **restitua** aos cofres do Rosário-Previ os valores atualizados, referentes aos juros e multas de mora pelo atraso no pagamento das obrigações previdenciárias **patronais**, do período de **janeiro a dezembro de 2015**, no montante de **R\$ 319.774,43**, encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar da notificação a ser realizada pelo gestor do RPPS, conforme a determinação no item 6.3a;

c) Determinação ao Prefeito, que **restitua** aos cofres do Rosário-Previ os valores atualizados referentes aos juros, multas e atualizações, cobrados sobre as parcelas vencidas e não pagas até 21/03/2019 (**R\$ 88.756,13**), relativas aos Acordos 01533/2013, 01584/2013, 01585/2013 e 01586/2013, encaminhando o devido





comprovante de pagamento a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação a ser realizada pelo atual gestor do RPPS, conforme a determinação no item 6.3.b), abaixo;

d) Aplicação da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança ao ex-Prefeito, com fundamento no art. 70, III, c/c art. 81, ambos da LC nº 269/2007 e art. 12, inc. II e III da Lei nº 8429/19929, tendo em vista o cometimento reiterado de irregularidades gravíssimas previdenciárias (DA 05 e DA 07);

6.3. Ao atual Gestor do Rosário-Previ

a) Determinação ao atual Gestor do Rosário-Previ que **atualize** o montante devido de encargos moratórios que foram gerados pelo atraso no pagamento das contribuições previdenciárias, dos períodos de janeiro a dezembro de 2015 (**R\$ 319.774,43**);

b) Determinação ao atual Gestor do Rosário-Previ que **atualize** o montante devido de encargos moratórios que foram gerados pelo atraso das parcelas vencidas e não pagas até 21/03/2019 (**R\$ 88.756,13**), relativas aos Acordos 01533/2013, 01584/2013, 01585/2013 e 01586/2013;

c) Notificação ao gestor do Rosário-Previ para que apresente, no prazo de 10 dias, os documentos comprobatórios do recolhimento das contribuições previdenciárias, dos **segurados**, referentes ao exercício de 2015, estando identificados os **meses de competência e os valores respectivos**. Caso houver recolhimento em atraso, que **apure** os juros, multas e atualizações e encaminhe os cálculos a este Tribunal para análise complementar da TCO, ressaltando que o não atendimento desta Notificação no prazo assinalado poderá implicar penalidades, conforme a previsão do art. 2º da Lei Complementar nº 269, de 22 de janeiro de 2007.

2.3. Exercício do contraditório e ampla defesa

2.3.1. Defesa apresentada

O ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino e o gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Rosário Oeste Osnil Conrado da Costa foram devidamente citados, sendo oportunizada a ampla defesa e o contraditório, conforme seguintes expedientes:

Citados	Documento	Anexo
João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal.	Ofício 399/2019/GCI/ILC.	Ofício_158267_2017_02 – Documento 82617/2019.
Osnil Conrado da Costa – gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Rosário Oeste.	Ofício 400/2019/GCI/ILC.	Ofício_158267_2017_03 – Documento 82619/2019.





Apenas o ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino se manifestou. Conforme Documento_Externo_175099_2019_01 – Documento 121603/2019, o ex-gestor apresentou documentos e alegações de defesa.

2.3.2. Análises da defesa

2.3.2.1. Relatório Técnico de Defesa – Secex Municipal

Em face dos documentos e alegações de defesa apresentados foi emitido pela então Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal o Relatório_Técnico_de_Defesa_158267_2017_01 – Documento 237773/2019.

Foi trazida ao debate pela equipe técnica uma questão prejudicial. Em síntese assim entendeu a equipe técnica:

- No tocante a determinação de se apurar, em Tomada de Contas Ordinária, o responsável e o valor do dano pelo não recolhimento da parcela do INSS oriundos de contratos de prestação de serviços (RNI Processo 165581/2017, Acórdão 127/2018), esta não pode ser cumprida por esta Colenda Corte de Contas, em face da Orientação Normativa 05/2010, do Comitê Técnico;
- Compete ao próprio Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS fazer o levantamento dos responsáveis e do dano, razão pela qual deve-se devolver à referida Entidade a presente matéria para adoção das medidas que entender cabíveis;
- No tocante a determinação contida no Acórdão 128/2018 –SC (RNI 16.711-8/2017 (doc. digital 245206/17), o valor apurado como não retido pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste perfaz a quantia de R\$ 11.510,20, sendo R\$ 2.581,20 (IRRF) e R\$ 8.929,00 (ISSQN), configurando assim, s.m.j., uma renúncia de receita;





- Seria necessário apreciar a questão relativa ao confronto entre o referido débito apurado e o valor de alçada definido por normativo deste Tribunal de Contas, abaixo do qual estaria dispensada a instauração da Tomada de Contas Especial;
- A Resolução Normativa 27/2017 –TP, que alterou o inciso I, do art. 7º da Resolução Normativa 24/2014 –TP, atualizou em seu artigo 1º, inciso I, o valor mínimo do débito para fins de dispensa de instauração de Tomada de Contas Especial, passando de R\$ 10.000,00 para R\$ 50.000,00;
- Entretanto, compulsando os autos, mais precisamente a Representação de Natureza Interna 16.558-1/2017 (doc. digital 23629/2018), verifica-se que o valor da não retenção do ISSQN totalizou o montante de R\$ 40.616,50 que, somado a quantia apurada no outro processo de Representação de Natureza Interna (R\$ 8.929,00), totaliza a quantia total de R\$ 49.545,50;
- Levando-se em consideração o valor do dano apurado estar abaixo do valor de alçada definido por normativo deste Tribunal de Contas, estando, portanto, dispensada a instauração da Tomada de Contas Especial e como asseverado acima sobre o caráter residual da Tomada de Contas Ordinária, entende-se que o referido valor de alçada se aplicaria à TCO, isso, no caso de o nobre Relator entender que não há a incidência da questão incidental prejudicial de mérito asseverado alhures;
- Já com relação a não retenção do IRRF, o valor atribuído na RNI 167118/2017 (doc. digital 245206/2017), foi de R\$ 2.581,20. Entretanto, na RNI 16558-1/2017 (doc. digital 23629/2018), o valor encontrado foi da ordem de R\$ 110.405,21, totalizando assim a quantia de R\$ 112.986,41;
- Como valor apurado trata-se de impostos não retidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste (IRRF e ISSQN), trata-se de Renúncia de Receita Pública e, com espeque no item 6.2, 1, do Anexo Único da Resolução Normativa 07/2018, tal matéria é afeta à Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo.





Assim concluiu a equipe técnica:

Ante as razões expostas, sugere-se, com fundamento no art. 485, VI, do CPC e aplicação analógica do art. 19 da IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), e, em homenagem aos princípios da racionalidade administrativa, da eficiência e da economia processual, a exclusão da presente Tomada de Contas das irregularidades trazidas a este processo por força das Representações de Natureza Interna (Processos nº 16.558-1/2017, Acórdão nº 127/2018 e nº 16.711-8/2017, Acórdão nº 128/2018), ambos oriundos da Segunda Câmara.

Deverá também, com relação à RNI constante do Processo nº 16.558-1/2017, Acórdão nº 127/2018, ou seja, o não recolhimento da contribuição previdenciária devida ao INSS sobre a prestação de serviços vinculadas à execução de contrato no valor de R\$ 271.943,18 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e dezoito centavos), deve ser remetido à Autarquia Federal para que adote as medidas que entender cabíveis à espécie, tudo por força da Orientação Normativa nº 05/2010, do Comitê Técnico.

Não obstante a competência exclusiva da Autarquia Federal em cobrar, sugere-se ao Nobre Relator determine que o Gestor Municipal procure realizar a regularização junto ao Órgão e que eventuais acréscimos financeiros devidos em face da mora do gestor sejam adimplidos com recursos próprios e comprovem junto a esta Corte de Contas o referido pagamento.

Já com relação à RNI constante do Processo nº 16. 711-8/2017, Acórdão nº 128/2018, ou seja, a não retenção de tributos, ou seja, Imposto de Renda Retido na Fonte–IRRF e Imposto sobre Serviço e de Qualquer Natureza –ISSQN, como o valor do dano apurado estar abaixo do valor de alçada definido por este Tribunal de Contas (ISSQN), estando, portanto, dispensada a instauração da Tomada de Contas Especial, com a ressalva de que a decisão (de exclusão da presente TCO) não constitui cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja dada a devida quitação, e não desobriga a autoridade competente da adoção das medidas administrativas (cobrança extrajudicial, inscrição no cadastro de inadimplentes, entre outras) ou judiciais necessárias à elisão do dano ou ressarcimento ao erário, nos termos do art. 7º, §2º, da Resolução Normativa TCE nº 24/2014.

Caso o nobre Relator assim não entenda, ou seja, não acolha a questão incidental prejudicial de mérito, no tocante à irregularidade suso citada, esta deve ser analisada pela Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo, conforme asseverado alhures, levando-se em conta os valores atribuídos nas Representações de Natureza Interna nº 16.558-1/2017 (doc. digital nº 23629/2018) e nº 167118/2017, de R\$ 49.545,50 (quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), no tocante ao ISSQN e de R\$ 112.986,41 (cento e doze mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), no tocante ao IRRF.

Com relação a defesa apresentada pelo alcaide municipal, como já manifestado *ab initio*, compete à Secretaria de Controle Externo de Previdência a sua devida análise. Sugere-se, por fim, a remessa de cópia dos autos ao órgão de origem para conhecimento da deliberação que este Tribunal vier a adotar, bem como para adoção das providências eventualmente determinadas.





2.3.2.2. Relatório Técnico de Defesa – Secex Previdência

Em seguida os autos foram encaminhados à Secretaria de Controle Externo de Previdência que, através da equipe técnica designada, emitiu o Relatório_Técnico_de_Defesa_158267_2017_02 – Documento 72833/2020.

Em relação à questão da prática de improbidade administrativa, entendeu a equipe técnica que ficou patente a caracterização do ato de improbidade administrativa, na gestão do sr. João Antônio da Silva Balbino, quando deixou de recolher, no prazo legal, as contribuições previdenciárias da parte patronal e segurado, do exercício de 2015 e não realizou os pagamentos das parcelas dos acordos de parcelamentos, vigentes na sua gestão, vindo ocorrer a cobrança de encargos moratórios.

Quanto ao debate sobre a responsabilização, entendeu a equipe técnica que o ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino figura como o único a ser responsabilizado nos autos, uma vez que depende dele o ordenamento para realização das despesas públicas, conforme disciplina o § 1º do art. 80 do Decreto-lei Federal nº 200/67: *“Ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos.”*

Os servidores só realizariam despesas públicas caso estivessem revestidos de “delegação de competência”, autorizada pelo Chefe do Poder Executivo para, então, serem responsabilizados pelo prejuízo causado ao erário municipal.

Foi ressaltado que o ex-prefeito não informou quais servidores deveriam ser responsabilizados, conjuntamente, pelas irregularidades apontadas nestes autos. Também não encaminhou documento de “delegação de competência” revestindo de autoridade algum servidor para realizar despesas públicas. Portanto, não há que se questionar a sua competência como único responsável em autorizar o pagamento das despesas inerentes à municipalidade de Rosário Oeste.





A irregularidade DA07 - ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias RPPS dos Segurados incidentes sobre os salários dos funcionários, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009, foi assim analisada pela equipe técnica:

Foi verificado no extrato das Guias de Recolhimento de Contribuição Previdenciária –GRCP e nos extratos bancários, encaminhados pelo gestor do RPPS, que o Poder Executivo pagou todas as contribuições retidas das folhas de pagamentos dos servidores, não havendo contribuições a pagar, vindo sanar a irregularidade DA07.

Não obstante os documentos apresentados informarem que houve o recolhimento das contribuições dos segurados/2015, ocorreram fora do prazo legal e sem a cobrança do encargo moratório previsto no art. 476 da Lei Municipal nº 975 de 15/04/2004, conforme consta dos extratos bancários e da planilha de cálculo encaminhada pelo gestor do RPPS (Anexo 1 da TCO).

Portanto, a gestão do ex-Prefeito, sr. João Antônio da Silva Balbino, incorreu na seguinte irregularidade:

Classificação da irregularidade:

JB01 DESPESAS_GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4320/1964).

Fatos constatados:

Realização de despesas com juros provenientes do atraso no recolhimento das contribuições parte segurados, relativo aos meses de janeiro a novembro/2015, acarretando a cobrança de encargos moratórios no total de R\$ 44.940,88, em afronta a Lei Municipal nº 975/2004, a CF/1988, a Lei nº 8429/1992 e a Lei nº 9717/1998. Nas páginas 16 a 18 do Relatório_Técnico_de_Defesa_158267_2017_02 – Documento 72833/2020 foi descrito o achado de auditoria, sob a responsabilidade do ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino.

A irregularidade DA05 - ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias RPPS Patronal, incidentes sobre a folha de pagamento, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009 foi assim analisada pela equipe técnica:





Ficou demonstrado, no Relatório Preliminar da TCO, que o Poder Executivo havia formalizado o Acordo de Parcelamento 203/2016, para regularizar as contribuições patronais inadimplentes, do exercício de 2015. Diante desse instrumento ficou sanada a impropriedade DA05.

Assim foi feita a análise da irregularidade JB99 - o Gestor assinou Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com valores originários acrescidos de Correção Monetária e Juros no valor de R\$ 30.596,09 e efetuou os pagamentos das parcelas com atrasos, pagando juros e multa no valor de R\$ 19.952,37 totalizando o montante de R\$ 50.548,46:

O defendente não se pronunciou e não encaminhou documentos que viessem regularizar o apontamento, o qual trata-se de despesas, com encargos moratórios, advindos do atraso no pagamento das contribuições patronais/2015 e do atraso no pagamento das parcelas do Acordo 203/2016 e acordos de gestões anteriores.

Foi apurado no Relatório Preliminar da TCO que os débitos patronais confessados sofreram correções, quando da formalização do Acordo 203/2016, no valor de R\$ 171.379,45.

Ademais desse encargo, também foram apurados, na TCO, os juros, multas e atualizações monetárias, sobre o pagamento, em atraso, das parcelas 1ª a 10ª e 13ª (R\$ 29.725,78) e do não pagamento das parcelas 11ª e 14ª a 37ª (R\$ 118.669,20) do Acordo nº 00203/2016, cujos encargos cobrados encontram-se discriminados na Tabela 2 (página 19 do Relatório Técnico de Defesa_158267_2017_02 – Documento 72833/2020).

No Relatório da TCO foi verificado que, na gestão do sr. João Antônio da Silva Balbino, também houve atraso no pagamento de parcelas de acordos anteriores, sendo apurados encargos moratórios no total de R\$ 88.756,13, conforme Tabela 3 (página 20 do Relatório Técnico de Defesa_158267_2017_02 – Documento 72833/2020).





Foi ressaltado pela equipe técnica que o pagamento dos encargos moratórios será de responsabilidade do gestor que deu causa ao atraso ou ao não recolhimento das contribuições patronais e parcelas dos acordos, o qual deverá recolher ao RPPS o montante de R\$ 408.530,56, (R\$ 319.774,43 + R\$ 88.756,13), uma vez que esses encargos estão sendo suportados indevidamente pelo erário Municipal de Rosário Oeste.

Houve a retificação da classificação da irregularidade JB99 para JB01, uma vez que a classificação JB99 foi apresentada no Relatório Técnico Preliminar da Representação de Natureza Interna, o qual foi elaborado em 2017, onde ainda não havia a classificação específica para a ocorrência de despesas com encargos moratórios. Portanto, a partir do Relatório Preliminar da TCO essa irregularidade passa a ser classificada como JB01, de acordo com a classificação disposta no Manual de Classificação de Irregularidades, deste Tribunal de Contas. Portanto, fica retificado da seguinte forma:

Classificação da irregularidade:

JB01 DESPESAS_GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4320/1964).

Fatos constatados:

Realização de despesas com juros, multas e atualizações monetárias, no montante de R\$ 408.530,56, oriundos do atraso no pagamento das contribuições patronais-exercício 2015, como também do atraso no pagamento das parcelas do acordo 203/2016 e não pagamento de 25 parcelas do acordo 203/2016, em afronta à Lei Municipal nº 975/2004, à Lei de Parcelamento 1444/2016, à CF/1988, à Lei nº 8429/1992 e à Lei nº 9717/1998.

Concluiu a equipe técnica que Sr. João Antônio da Silva Balbino, ex-prefeito Municipal de Rosário Oeste, não realizou os pagamentos das contribuições previdenciárias, patronais e segurados, dentro do prazo legal, vindo incorrer na realização de despesas com encargos moratórios quando deixou de pagar ou pagou, extemporaneamente, as contribuições previdenciárias e parcelamentos, vigentes no exercício de 2015, em afronta a Lei Municipal nº 975/2004, a Lei do Parcelamento nº 1.444/2016, a CF/1988, consequentemente, infringindo a Lei 8429/1992.





Foram feitas as seguintes sugestões:

4.1. Ao Prefeito Municipal de Rosário Oeste (gestão 2017/2020) – Sr. João Antônio da Silva Balbino:

a) A manutenção da irregularidade classificada como JB99, ora reclassificada em **JB01**, relativo ao apontamento descrito no item 3.2.4, deste Relatório de TCO, bem como a consequente aplicação de multa pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias, parte patronal/2015 e pelo recolhimento extemporâneo ou não recolhimento de parcelas dos acordos vigentes na gestão do responsável;

b) Determinação ao Prefeito, para que **restitua**, aos cofres do Rosário-Previ, os encargos moratórios decorrentes do atraso nos pagamentos das obrigações patronais, período de janeiro a dezembro de 2015 e de parcelamentos inadimplentes, no montante de **R\$ 319.774,43**, cujo valor consta apurado no item 3.2.4, desta TCO, encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar do recebimento da notificação.

c) Determinação ao Prefeito, para que **restitua**, aos cofres do Rosário-Previ, os encargos moratórios decorrentes do atraso das parcelas vencidas e não pagas, no valor de **R\$ 88.756,13**, relativas aos Acordos 01533/2013, 01584/2013, 01585/2013 e 01586/2013, encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar do recebimento da notificação (item 3.2.4).

d) Imputação da irregularidade **JB01**, ao sr. João Antônio da Silva Balbino, resultante do recolhimento, em atraso, das contribuições dos segurados, período de janeiro a novembro/2015, incorrendo na despesa com cobrança de juros previstos na Lei Municipal nº 975/2004, no valor de **R\$ 44.940,88** (item 3.2.3 desta TCO).

e) Citação do sr. João Antônio da Silva Balbino, com base no §1º do art. 256 c/c §1º do art. 227, do Regimento Interno do TCE/MT e, em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa, assegurado pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal/88, a fim de que se manifeste quanto ao apontamento elencado abaixo, sob pena de revelia e/ou confissão:

Classificação de irregularidades de acordo com a Resolução Normativa 17/2010	
JB 01	JB01 DESPESAS GRAVE 01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4320/1964).
Fatos constatados	Realização de despesas com juros provenientes do atraso no recolhimento das contribuições parte segurados, relativo aos meses de janeiro a novembro/2015, acarretando a cobrança de encargos moratórios no total de R\$ 44.940,88, em afronta a Lei Municipal nº 975/2004, a CF/1988, a Lei nº 8429/1992 e a Lei nº 9717/1998.

f) Quanto à aplicação da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança ao Prefeito, fica a critério dos julgadores desta Corte de Contas a possibilidade de penalização (inc. III do art. 70 c/c art. 81, ambos da LC nº 269/2007 e incs. II e III do art. 12 da Lei nº 8429/19928).





2.3.2.3. Relatório Técnico Conclusivo – Secex Previdência

O ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Albino foi devidamente citado, sendo oportunizada a ampla defesa e o contraditório em relação ao Relatório Técnico de Defesa_158267_2017_02 – Documento 72833/2020, conforme seguintes expedientes:

Citados	Documento	Anexo
João Antônio da Silva Albino – ex-prefeito municipal.	Ofício 492/2020/GCI/ILC.	Ofício_158267_2017_04 – Documento 148741/2020.

Foi apresentado pelo interessado a Defesa_186368_2020_01 – Documento 198559/2020.

Os autos foram novamente encaminhados à Secretaria de Controle Externo de Previdência que, através da equipe técnica designada, emitiu o Relatório Técnico Conclusivo_158267_2017_01 – Documento 279591/2020.

Assim se posicionou a equipe técnica:

A defesa apresentada pelo manifestante foi a mesma encaminhada anteriormente, para as irregularidades DA05, DA07 e JB01 (JB99) – doc. externo 121603/2019 e que já foram analisadas no Relatório Técnico de Defesa – doc. digital 72833/2020. Portanto, a defesa careceu de novos argumentos e documentos, para respaldar suas alegações, permanecendo, assim, a irregularidade JB01 - R\$ 44.940,88.

Em relação à análise da defesa quanto às irregularidades DA05, DA07 e JB01 (JB99) –doc. externo 121603/2019, maiores esclarecimentos se encontram no Relatório Técnico de Defesa – doc. digital 72833/2020.





Do exposto, conclui-se que após analisadas as manifestações do responsável, acostadas ao doc. externo 198559/2020 e doc. digital 121603/2019, ficaram sanadas às irregularidades DA05 e DA07, permanecendo as irregularidades JB01 do item 3.2.3 (R\$ 44.940,88), ora analisada nestes autos, e JB01 do item 3.2.4 (R\$ 408.530,56) do Relatório Técnico de Defesa - doc. digital nº 72833/2020.

Foram feitas as seguintes sugestões:

4.1. Ao Prefeito Municipal de Rosário Oeste (gestão 2017/2020) – Sr. João Antônio da Silva Albino:

a) A manutenção das irregularidades classificadas como JB01, bem como a consequente **aplicação de multa** pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias, **parte segurado/2015 e patronal/2015**, dentro do prazo, e ainda, pelo não pagamento de parcelas dos acordos 01533/2013, 01584/2013, 01585/2013 e 01586/2013 e 203/2016, vigentes na gestão do responsável;

b) Determinação ao Prefeito, para que **restitua**, com recursos próprios, aos cofres do Rosário-Previ, os encargos moratórios decorrentes do atraso no pagamento das contribuições dos **segurados, período de janeiro a novembro de 2015**, no montante de **R\$ 44.940,88**, cujo valor consta apurado no item 3.2.3, do Relatório Técnico de Defesa (doc. digital nº 72833/2020) e analisados nestes autos, encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar do recebimento da notificação.

c) Determinação ao Prefeito, para que **restitua**, com recursos próprios, aos cofres do Rosário-Previ, os encargos moratórios decorrentes do atraso nos pagamento das obrigações **patronais, período de janeiro a dezembro de 2015** e de parcelamentos inadimplentes (Acordos 01533/2013, 01584/2013, 01585/2013 e 01586/2013), no montante de **R\$ 408.530,56**, cujo valor consta apurado no item 3.2.4, do Relatório Técnico de Defesa, encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar do recebimento da notificação.

2.4. Diligências do Ministério Público

Após as instruções técnicas da Secretaria de Controle Externo de Previdência e da Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal, foi formalizada solicitação de Diligência do Ministério Público de Contas 28/2021(Diligências_do_Ministério_Público_de_Contas_158267_2017_01 – Documento 43933/2021).

Ponderou o Procurador de Contas que no tocante às irregularidades de natureza previdenciária os autos estão devidamente instruídos, uma vez que foram elaborados relatório técnico preliminar e de defesa, assim como foi assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa ao responsável.





Por outro lado, o Procurador entendeu que em relação às irregularidades tratadas nas RNI's 167118/2017 e 165581/2017 e também convertidas em Tomada de Contas Ordinária pelos Acórdãos 126/2018-SC, 127/2018-SC e 128/2018-SC, o processo não estaria maduro.

Foi detectada nos autos 167118/2017 a irregularidade “DB14. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_14. Não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores (art. 11 da Lei 101/2000)”. Na ocasião, foi apontado um possível dano ao erário no montante de R\$ 11.510,20 (R\$8.929,00 referente ao ISSQN e R\$ 2.581,00 referente ao IRRF).

Outrossim, nos autos 165581/2017 foram constatadas as irregularidades classificadas como DB 14, DA05, DA 06, DA 07 e CA02 e um possível dano ao erário nos seguintes valores: R\$ 26.435,09 e R\$ 14.181,41 (ISSQN, exercícios de 2015 e 2016), R\$ 73.386,41 e R\$ 37.018,80 (IRRF, exercícios de 2015 e 2016), R\$29.225,47 e R\$ 24.891,94 (INSS – parte empregado) e R\$ 105.740,37 e R\$ 56.725,60 (INSS - parte patronal).

Diante da similaridade das irregularidades versadas com aquelas tratadas no Processo 158267/2017 foi determinado o apensamento, assim como a conversão das RNI's em Tomada de Contas Ordinária, objetivando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Em relação ao Relatório_Técnico_de_Defesa_158267_2017_01 – Documento 237773/2019, da Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal, descrito no Item 2.3.2.1 deste Relatório, o Procurador de Contas discordou das teses suscitadas pela equipe técnica e entende que deve ser cumprida a determinação contida no Acórdão 126/2018-SC, com fito de instruir a Tomada de Contas Ordinária já instaurada.

Nas páginas 5 a 10 da Diligência do Ministério Público de Contas 28/2021, foram apresentadas as fundamentações pelo Procurador de Contas.





Por tudo exposto o Ministério Público de Contas entendeu ser necessária e fundamental a diligência, com fito de garantir a devida instrução processual desta Tomada de Contas Ordinária, nos termos da determinação exarada no Acórdão 126/2018-SC, no tocante às irregularidades que geraram dano ao erário presentes nas RNI'S 167118/2017 e 165581/2017.

Ao final, assim opinou o Ministério Público de Contas:

Diante do exposto, o Ministério Público de Contas, no uso de suas atribuições institucionais, requer, a Vossa Excelência:

- a) que sejam os autos encaminhado à equipe técnica especializada (SECEX de Receita e Governo) para a devida instrução processual;
- b) seja oportunizada defesa aos interessados, seguida da elaboração de Relatório de Defesa e notificação para alegações finais;
- c) o retorno dos autos ao Ministério Público de Contas, no prazo regimental, para emissão de parecer conclusivo.

2.5. Alegações Finais

Após a solicitação de diligências do Ministério Público de Contas foram apresentadas Alegações Finais pelo ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino (Alegações_Finais_231088_2021_01 – Documento 35898/2021).

A Resolução 14/2007 – Regimento Interno deste Tribunal assim normatizou:

Art. 141. Esgotado o prazo para manifestação do interessado, os autos retornarão à unidade técnica respectiva para análise do que foi apresentado ou providências.

§ 1º. Revogado.

§ 2º. Efetuada a análise da defesa e permanecendo irregularidades não sanadas, o relator concederá ao interessado ou seu procurador, nos processos de prestação e tomada de contas, prazo improrrogável de 5 (cinco) dias para a apresentação das alegações finais sobre matéria constante dos autos, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, vedada a juntada de documentos.

§ 3º. As alegações finais serão analisadas exclusivamente pelo Relator do processo, que encaminhará os autos ao final desta fase, ao Ministério Público de Contas para parecer, na condição de fiscal da lei.





3. RELATÓRIO TÉCNICO COMPLEMENTAR

Foi emitida por esta Secretaria de Controle Externo, a Ordem de Serviço 491/2022 (Anexo_do_Relatório_ou_Informação_Técnica_158267_2017_11 - Documento 23758/2022), para instrução técnica.

Segue o Relatório Técnico Complementar.

Assiste razão ao Ministério Público de Contas, conforme Diligência do Ministério Público de Contas 28/2021(Diligências_do_Ministério_Público_de_Contas_158267_2017_01 - Documento 43933/2021. A determinação do Acórdão 126/2018-SC foi para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano quanto às irregularidades DA 07, DA 05, CA 02 e JB 99, apontadas no Processo 158267/2017, juntamente com as irregularidades remanescentes indicadas nos Processos 165581/2017 e 167118/2017.

Evidencia-se que até o presente momento somente foram debatidas nos autos as irregularidades referentes ao Processo 158267/2017. Sobre as irregularidades remanescentes indicadas nos Processos 165581/2017 e 167118/2017, não houve apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de danos.

Em relação às irregularidades apontadas no Processo 158267/2017, esta é a atual situação:

Irregularidade apontada	Observações	Situação
1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador a instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal). 1.1. Ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias RPPS Patronal, incidentes sobre a folha de pagamento, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.	Apontamento devidamente analisado. Cumpridos os trâmites de citação dos responsáveis e posterior análise técnica.	Apontamento sanado.
2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados a instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940). 2.1. Ausência de recolhimentos/pagamentos de contribuições previdenciárias RPPS dos Segurados incidentes sobre os salários dos funcionários, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.	Apontamento devidamente analisado. Cumpridos os trâmites de citação dos responsáveis e posterior análise técnica.	Apontamento sanado.
3. CA 02. Contabilidade_Gravíssima_02. Não apropriação da contribuição previdenciária do empregador (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).	Irregularidade não analisada na presente Tomada de Contas Ordinária.	Apontamento tratado na Representação de Natureza





Irregularidade apontada	Observações	Situação
3.1. Ausência de apropriação das contribuições previdenciárias RPPS – Patronal referentes aos meses de Janeiro a dezembro do exercício de 2016.		Interna 233870/2016.
4. JB 99. Despesa a Classificar 99. Irregularidade referente a Despesa, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. 4.1. O Gestor assinou Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com valores originários acrescidos de Correção Monetária e Juros no valor de R\$ 30.596,09 e efetuou os pagamentos das parcelas com atrasos, pagando juros e multa no valor de R\$ 19.952,37 totalizando o montante de R\$ 50.548,46.	Apontamento devidamente analisado. Cumpridos os trâmites de citação dos responsáveis e posterior análise técnica.	Irregularidade reclassificada como JB 01.
5. JB 01 DESPESAS_GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4320/1964). 5.1. Realização de despesas com juros, multas e atualizações monetárias, no montante de R\$ 408.530,56, oriundos do atraso no pagamento das contribuições patronais-exercício 2015, como também do atraso no pagamento das parcelas do acordo 203/2016 e não pagamento de 25 parcelas do acordo 203/2016, em afronta à Lei Municipal nº 975/2004, à Lei de Parcelamento 1444/2016, à CF/1988, à Lei nº 8429/1992 e à Lei nº 9717/1998.	Apontamento devidamente analisado. Cumpridos os trâmites de citação dos responsáveis e posterior análise técnica.	Irregularidade mantida.
6. JB01 DESPESAS_GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4320/1964). 6.1. Realização de despesas com juros provenientes do atraso no recolhimento das contribuições parte segurados, relativo aos meses de janeiro a novembro/2015, acarretando a cobrança de encargos moratórios no total de R\$ 44.940,88, em afronta a Lei Municipal nº 975/2004, a CF/1988, a Lei nº 8429/1992 e a Lei nº 9717/1998.	Apontamento devidamente analisado. Cumpridos os trâmites de citação dos responsáveis e posterior análise técnica.	Irregularidade mantida.

Nesta oportunidade serão apontadas as irregularidades remanescentes indicadas nos Processos 165581/2017 e 167118/2017, conforme decisão do Acórdão 126/2018-SC.

Os achados de auditoria serão dispostos na numeração sequente às apontadas neste Relatório.

Achado de auditoria n. 7: Não retenção de tributos nos casos exigidos pela legislação.

Classificação da Irregularidade

DB14. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_14. Não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos à prestadores de serviços (art. 11 da Lei nº 101/2000).





Situação Encontrada

Conforme análise em processos de despesas dos exercícios de 2013 a 2016, a equipe técnica constatou pagamentos à pessoa jurídica e à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sem a efetiva retenções dos tributos exigidos por normas vigentes.

Em 2013 foi pago o valor de R\$ 25.080,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 1.254,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 376,20 referente ao IRRF.

Em 2014 foi pago o valor de R\$ 49.500,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 2.475,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 742,50 referente ao IRRF.

Em 2015 foi pago o valor de R\$ 65.000,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 3.250,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 877,50 referente ao IRRF.

Em 2016 foi pago o valor de R\$ 39.000,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 1.950,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 585,00 referente ao IRRF.

Houve pagamento no montante de R\$ 528.701,84 no exercício de 2015 à pessoas físicas, a título de prestação de serviços diversos, do qual deveria ser descontado e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 26.435,09 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 73.386,41 referente ao IRRF.





Do valor de R\$ 283.628,02 pago no exercício de 2016 à pessoas físicas, a título de prestação de serviços diversos, deveria ser calculado, descontado e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 14.181,41 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 37.018,80 referente ao IRRF.

Crítérios de Auditoria

Art. 11 da Lei Complementar 101/2000

Art. 628 do Decreto Federal 3000/99

Evidências

Em relação à empresa Activa Controle e Gestão Ltda:

Exercício de 2013: Demonstrativo de Cálculos anexo na página 5 do Malote_Digital_167118_2017_01 – Documento 184277/2017;

Exercício de 2014: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 5 a 6 do Malote_Digital_167118_2017_01 – Documento 184277/2017;

Exercício de 2015: Demonstrativo de Cálculos anexo na página 6 do Malote_Digital_167118_2017_01 – Documento 184277/2017;

Exercício de 2016: Demonstrativo de Cálculos anexo na página 6 do Malote_Digital_167118_2017_01 – Documento 184277/2017.

Em relação aos pagamentos à pessoas físicas, a título de prestação de serviços diversos:

Exercício de 2015: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 20 a 29 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017;

Exercício de 2016: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 30 a 35 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017.





Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

Conduta

João Antônio da Silva Balbino: Não determinar aos seus assessores, na condição de ordenador de despesas, a retenção de tributos sobre pagamentos à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, nos exercícios de 2013 a 2016, quando deveria ter exigido a retenção em cumprimento à legislação vigente.

Laura Oliveira de Amorim: Realizar pagamentos a prestadores de serviços – pessoas físicas, nos exercícios de 2013 a 2016, sem a efetivação da retenção de tributos incidentes, quando deveria, por ocasião dos pagamentos, realizar a retenção de acordo com as normas pertinentes.

Nexo de Causalidade

A não retenção do ISSQN por ocasião da autorização de realização das despesas e respectivos pagamentos aos prestadores de serviços causou danos ao erário, na medida em que a prefeitura deixou de arrecadar recursos que lhe eram devidos, enquanto a Receita Federal do Brasil também deixou de receber seus recursos cabíveis ao caso.

Encaminhamento

Citação do ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino e da ex-secretária municipal de Administração e Finanças Laura Oliveira de Amorim, para manifestação acerca do achado de auditoria, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e do §1º do artigo 256 da Resolução 14/2007 do TCE-MT.





Achado de auditoria n. 8: Não recolhimento de cotas de contribuição previdenciária, parte empregador.

Classificação da Irregularidade

DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador a instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

Situação Encontrada

Conforme análise em processos de despesas dos exercícios de 2015 e 2016, a equipe técnica constatou pagamentos à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sem a efetivação das retenções e recolhimentos das contribuições previdenciárias, parte empregador.

Em 2015 foi pago o valor de R\$ 528.701,84 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser calculado e recolhido as cotas de contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 105.740,37, referente ao INSS Patronal.

Em 2016 foi pago o valor de R\$ 283.628,02 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser calculado e recolhido as cotas de contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 56.725,60 referente ao INSS Patronal.

CrITÉrios de Auditoria

Arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal

Arts. 9º, 65 e 78 da Instrução Normativa 971/2009, da Secretaria da Receita Federal.

Evidências

Exercício de 2015: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 20 a 29 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017;

Exercício de 2016: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 30 a 35 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017.





Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

Conduta

João Antônio da Silva Balbino: Não determinar aos seus assessores, na condição de ordenador de despesas, o recolhimento/pagamento de contribuições previdenciárias, parte patronal, sobre pagamentos efetuados à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, nos exercícios de 2015 e 2016, infringindo normas pertinentes.

Laura Oliveira de Amorim: Realizar pagamentos a prestadores de serviços – pessoas físicas, nos exercícios de 2015 a 2016, sem a efetivação dos recolhimentos de contribuições previdenciárias, parte patronal, quando deveria, por ocasião dos pagamentos, realizar os recolhimentos de acordo com as normas pertinentes.

Nexo de Causalidade

O recolhimento de cotas de contribuição previdenciária deve ser realizado sempre que a legislação assim o exigir. Caso contrário, como é o aqui exposto, além de o gestor público cometer irregularidade, ocorre danos aos cofres públicos em face do não recebimento de recursos que lhe são devidos.

Encaminhamento

Citação do ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino e da ex-secretária municipal de Administração e Finanças Laura Oliveira de Amorim, para manifestação acerca do achado de auditoria, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e do §1º do artigo 256 da Resolução 14/2007 do TCE-MT.





Achado de auditoria n. 9: Não realização de retenções de cotas de contribuição previdenciária, parte empregados.

Classificação da Irregularidade

DA 06. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_06. Não-efetivação do desconto de contribuição previdenciária dos segurados (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal).

Situação Encontrada

Conforme análise em processos de despesas dos exercícios de 2015 e 2016, a equipe técnica constatou pagamentos à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sem a efetivação das retenções das contribuições previdenciárias, parte empregados.

Em 2015 foi pago o valor de R\$ 528.701,84 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre o qual deveria ser retido o valor de R\$ 29.225,47, porém só foram retidos R\$ 15.152,80, deixando de ser efetuada a retenção do valor de R\$ 14.072,67, referente ao INSS segurados.

Em 2016 foram pagos R\$ 283.628,02 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre os quais deveria ser retido o valor de R\$ 24.891,94, porém só foram retidos R\$ 21.506,23, deixando de ser efetuado a retenção do valor de R\$ 3.385,71, referente ao INSS segurado.

Critérios de Auditoria

Arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal

Arts. 9º, 65 e 78 da Instrução Normativa 971/2009, da Secretaria da Receita Federal.





Evidências

Exercício de 2015: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 20 a 29 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017;

Exercício de 2016: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 30 a 35 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017.

Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

Conduta

João Antônio da Silva Balbino: Não determinar aos seus assessores, na condição de ordenador de despesas, a retenção de contribuições previdenciárias, parte empregados, sobre pagamentos efetuados à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, nos exercícios de 2015 e 2016, infringindo normas pertinentes.

Laura Oliveira de Amorim: Realizar pagamentos a prestadores de serviços – pessoas físicas, nos exercícios de 2015 a 2016, sem a efetivação das retenções de contribuições previdenciárias, parte empregados, quando deveria, por ocasião dos pagamentos, realizar as retenções de acordo com as normas pertinentes.

Nexo de Causalidade

A não retenção das cotas de contribuições previdenciárias, parte empregados, por ocasião dos pagamentos aos prestadores de serviços causou danos ao erário, na medida em que a Receita Federal do Brasil deixou de receber seus recursos cabíveis ao caso.





Encaminhamento

Citação do ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino e da ex-secretária municipal de Administração e Finanças Laura Oliveira de Amorim, para manifestação acerca do achado de auditoria, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e do §1º do artigo 256 da Resolução 14/2007 do TCE-MT.

Achado de auditoria n. 10: Não recolhimento de cotas de contribuição previdenciária, parte empregados.

Classificação da Irregularidade

DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados a instituição devida (arts. 40, 149, §1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Situação Encontrada

Conforme análise em processos de despesas dos exercícios de 2015 e 2016, a equipe técnica constatou pagamentos à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoa física, sem a efetivação do recolhimento das contribuições previdenciárias, parte empregados.

Em 2015 foram pagos R\$ 528.701,84 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre os quais deveria ser recolhido o valor de R\$ 29.225,47, referente ao INSS segurado.

Em 2016 foram pagos R\$ 283.628,02 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre os quais deveria ser recolhido o valor de R\$ 24.891,94, referente ao INSS segurado.





Crítérios de Auditoria

Arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal

Art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848/1940

Evidências

Exercício de 2015: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 20 a 29 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017;

Exercício de 2016: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 30 a 35 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017.

Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

Conduta

João Antônio da Silva Balbino: Não determinar aos seus assessores, na condição de ordenador de despesas, o recolhimento/pagamento de contribuições previdenciárias, parte empregados, sobre pagamentos efetuados à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, nos exercícios de 2015 e 2016, infringindo normas pertinentes.

Laura Oliveira de Amorim: Realizar pagamentos a prestadores de serviços – pessoas físicas, nos exercícios de 2015 a 2016, sem a efetivação dos recolhimentos de contribuições previdenciárias, parte empregados, quando deveria, por ocasião dos pagamentos, realizar os recolhimentos de acordo com as normas pertinentes.





Nexo de Causalidade

O recolhimento de cotas de contribuição previdenciária deve ser realizado sempre que a legislação assim o exigir. Caso contrário, como é o aqui exposto, além de o gestor público cometer irregularidade, ocorre danos aos cofres públicos em face do não recebimento de recursos que lhe são devidos.

Encaminhamento

Citação do ex-prefeito municipal João Antônio da Silva Balbino e da ex-secretária municipal de Administração e Finanças Laura Oliveira de Amorim, para manifestação acerca do achado de auditoria, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e do §1º do artigo 256 da Resolução 14/2007 do TCE-MT.

Achado de auditoria n. 11: Não apropriação de cotas de contribuição previdenciária, parte empregador.

Classificação da Irregularidade

CA 02. Contabilidade_Gravíssima_02. Não apropriação da contribuição previdenciária do empregador (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

Situação Encontrada

Conforme análise em processos de despesas dos exercícios de 2015 e 2016, a equipe técnica constatou pagamentos à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoa física, sem a apropriação das contribuições previdenciárias do empregador.

Em 2015 foi pago o valor de R\$ 528.701,84 à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sobre o qual deveria ser apropriado o valor de R\$ 105.740,37, referente ao INSS Patronal.





Em 2016 foi pago o valor de R\$ 283.628,02 à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sobre o qual deveria ser apropriado o valor de R\$ 56.725,60 referente ao INSS Patronal.

Crítérios de Auditoria

Arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal

Arts. 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

Evidências

Exercício de 2015: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 20 a 29 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017;

Exercício de 2016: Demonstrativo de Cálculos anexo nas páginas 30 a 35 do Malote_Digital_165581_2017_01 – Documento 182621/2017.

Responsável

Seair Cristina Jorge - contadora

Conduta/omissão

Ao contabilizar os pagamentos das despesas realizadas com prestadores de serviços – pessoas físicas, o contador deveria se atentar ao fato da exigibilidade da apropriação dos valores referentes às contribuições previdenciárias – parte empregador.

Nexo de Causalidade

A conduta diversa do contador poderia auxiliar a gestão municipal a não cometer as irregularidades referentes ao não recolhimento de cotas de contribuições previdenciárias. Além do mais, as peças contábeis daqueles exercícios não refletiram os verdadeiros fatos contábeis, considerando as ausências de realização dos recolhimentos de contribuições previdenciárias cabíveis.





Encaminhamento

Citação da contadora Seair Cristina Jorge, para manifestação acerca do achado de auditoria, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e do §1º do artigo 256 da Resolução 14/2007 do TCE-MT.

4. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Os achados de auditoria apontados no Processo 158267/2017 foram amplamente debatidos nos presentes autos, inclusive após a conversão do Processo em Tomada de Contas Ordinária.

Entretanto, em relação aos Processos 165581/2017 e 167118/2017, os trâmites referentes à instrução técnica, à citação dos responsáveis e à posterior análise de defesas não foram realizados no presente Processo de Tomada de Contas Ordinária, em desconformidade com a Decisão do Acórdão 126/2018-SC.

Em face da formalização da apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de danos, referentes aos Processos 165581/2017 e 167118/2017, e em obediência ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa estabelecido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e no §1º, do art. 256 da Resolução 14/2007 – TCE-MT, sugere-se a citação dos responsáveis a seguir elencados para manifestação acerca dos seguintes apontamentos, sob pena de revelia e/ou confissão:

Responsáveis

João Antônio da Silva Balbino – ex-prefeito municipal

Laura Oliveira de Amorim – ex-Secretária de Administração e Finanças

7. DB14. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_14. Não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos à prestadores de serviços (art. 11 da Lei Complementar 101/2000).





7.1. Em 2013 foi pago o valor de R\$ 25.080,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 1.254,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 376,20 referente ao IRRF. **(Achado de auditoria n. 7).**

7.2. Em 2014 foi pago o valor de R\$ 49.500,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 2.475,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 742,50 referente ao IRRF. **(Achado de auditoria n. 7).**

7.3. Em 2015 foi pago o valor de R\$ 65.000,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 3.250,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 877,50 referente ao IRRF. **(Achado de auditoria n. 7).**

7.4. Em 2016 foi pago o valor de R\$ 39.000,00 à empresa Activa Controle e Gestão Ltda, referente a serviços prestados de Assessoria Contábil, sobre o qual deveria ser calculado, retido e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 1.950,00 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 585,00 referente ao IRRF. **(Achado de auditoria n. 7).**

7.5. Houve pagamento no montante de R\$ 528.701,84 no exercício de 2015 à pessoas físicas, a título de prestação de serviço diversos, do qual deveria ser descontado e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 26.435,09 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 73.386,41 referente ao IRRF **(Achado de auditoria n. 7).**

7.6. Do valor de R\$ 283.628,02 pago no exercício de 2016 à pessoas físicas, a título de prestação de serviço diversos, deveria ser calculado, descontado e recolhido aos cofres municipais o valor de R\$ 14.181,41 referente ao ISSQN, e mais o valor de R\$ 37.018,80 referente ao IRRF **(Achado de auditoria n. 7).**





8. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador a instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

8.1. Ausência de recolhimentos das cotas de contribuições previdenciárias INSS - Patronal, incidentes sobre pagamentos decorrentes de contratações de serviços prestados, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

8.1.1. Em 2015 foi pago o valor de R\$ 528.701,84 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser calculado e recolhido as cotas de contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 105.740,37, referente ao INSS Patronal. **(Achado de auditoria n. 8).**

8.1.2. Em 2016 foi pago o valor de R\$ 283.628,02 à diversos prestadores de serviços, sobre o qual deveria ser calculado e recolhido as cotas de contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 56.725,60 referente ao INSS Patronal. **(Achado de auditoria n. 8).**

9. DA 06. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_06. Não-efetivação do desconto de contribuição previdenciária dos segurados (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal).

9.1. Ausência de retenções de contribuições previdenciárias - INSS dos segurados, incidentes sobre pagamentos decorrentes de contratações de serviços prestados, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

9.1.1. Em 2015 foi pago o valor de R\$ 528.701,84 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre o qual deveria ser retido o valor de R\$ 29.225,47, porém só foram retidos R\$ 15.152,80, deixando de ser efetuada a retenção do valor de R\$ 14.072,67, referente ao INSS segurados. **(Achado de auditoria n. 9).**

9.1.2. Em 2016 foram pagos R\$ 283.628,02 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre os quais deveria ser retido o valor de R\$ 24.891,94, porém só foram retidos R\$ 21.506,23, deixando de ser efetuada a retenção do valor de R\$ 3.385,71, referente ao INSS segurado. **(Achado de auditoria n. 9).**





10. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados a instituição devida (arts. 40, 149, §1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

10.1. Em 2015 foram pagos R\$ 528.701,84 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre os quais deveria ser recolhido o valor de R\$ 29.225,47, referente ao INSS segurado. **(Achado de auditoria n. 10).**

10.2. Em 2016 foram pagos R\$ 283.628,02 à prestadores de serviços diversos, na qualidade de pessoas físicas, sobre os quais deveria ser recolhido o valor de R\$ 24.891,94, referente ao INSS segurado. **(Achado de auditoria n. 10).**

Responsável

Seair Cristina Jorge - contadora

11. CA 02. Contabilidade_Gravíssima_02. Não apropriação da contribuição previdenciária do empregador (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

11.1. Ausência de apropriação das contribuições previdenciárias INSS – Patronal, incidentes sobre pagamentos decorrentes de contratações de serviços prestados, contrariando os artigos 9º, 65 e 78 da IN/SRF nº 971/2009.

11.1.1. Em 2015 foi pago o valor de R\$ 528.701,84 à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sobre o qual deveria ser apropriado o valor de R\$ 105.740,37, referente ao INSS Patronal. **(Achado de auditoria n. 11).**

11.1.2. Em 2016 foi pago o valor de R\$ 283.628,02 à diversos prestadores de serviços, na qualidade de pessoas físicas, sobre o qual deveria ser apropriado o valor de R\$ 56.725,60 referente ao INSS Patronal. **(Achado de auditoria n. 11).**

É o posicionamento técnico que se submete à apreciação superior.





Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá/MT, 18 de março de 2022.

(Assinatura digital)
Oziel Martins da Silva
Auditor Público Externo

